

# ANÁLISE DO IMPACTO PSICOLÓGICO OCACIONADO EM MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Recebido em: 25/04/2023

Aceito em: 29/05/2023

DOI: 10.25110/arqsaude.v27i5.2023-060

Isabella De Carvalho Miranda <sup>1</sup>  
Louise Verônica Costa Lima <sup>2</sup>

**RESUMO:** A violência contra a mulher é um ato ou conduta que pode causar morte ou sofrimento físico, mental e sexual, sendo um problema mundial e antigo que está presente no cotidiano das vítimas e, muitas vezes, é amenizada e até mesmo normalizada pela sociedade. E, com isso, pode resultar grande sofrimento das mulheres envolvidas. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto psicológico de mulheres vítimas de violência simbólica por meio da revisão de literatura. Para isso, utilizou-se como metodologia a revisão integrativa de literatura com abordagem qualitativa, possuindo enfoque nas bases de dados como: LILACS, SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Medline entre os anos de 2018 a 2022. Foram utilizados descritores como: psychological violence, violence e emotional abuse resultando em 532 artigos com um total de 10 amostras para análise. Observou-se que um dos principais desafios para o psicólogo é a detecção da violência psicológica, que muitas vezes é invisível e subjetiva. Desse modo, é importante que o psicólogo esteja atento a sinais como a baixa autoestima, ansiedade, depressão, isolamento social, síndrome do pânico, entre outros, que podem indicar a presença de violência psicológica. Além disso, é fundamental que o psicólogo seja capacitado para identificar as diferentes formas de violência psicológica, como a manipulação emocional, a humilhação, a ameaça, o controle, entre outras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Abuso Emocional; Violência; Violência Psicológica.

## ANALYSIS OF THE PSYCHOLOGICAL IMPACT ON WOMEN VICTIMS OF SYMBOLIC VIOLENCE: A LITERATURE REVIEW

**ABSTRACT:** Violence against women is an act or conduct that can cause death or physical, mental, and sexual suffering. It is a worldwide and old problem that is present in the daily lives of victims and is often softened and even normalized by society. And, with this, great suffering of the women involved can result. In this sense, this research aims to analyze the psychological impact of women victims of symbolic violence through a literature review. For this, the methodology used was an integrative literature review with a qualitative approach, focusing on databases such as: LILACS, SciELO, Virtual Health Library (VHL), Medline between the years 2018 and 2022. Descriptors were used as: psychological violence, violence and emotional abuse resulting in 532 articles with a total of 10 samples for analysis. It was observed that one of the main challenges for the psychologist is the detection of psychological violence, which is often invisible and subjective. Thus, it is important that the psychologist be aware of signs such as low self-esteem,

<sup>1</sup> Graduada em Psicologia. Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA).

E-mail: [isabelladecarvalhomiranda@gmail.com](mailto:isabelladecarvalhomiranda@gmail.com)

<sup>2</sup> Especialista em Gestão de Terapia com Ênfase em Psicoterapia. Unidade de Ensino Superior do Sul do Maranhão (UNISULMA). E-mail: [louise.lima@unisulma.edu.br](mailto:louise.lima@unisulma.edu.br)

anxiety, depression, social isolation, panic syndrome, among others, which may indicate the presence of psychological violence. In addition, it is fundamental that the psychologist is trained to identify the different forms of psychological violence, such as emotional manipulation, humiliation, threats, and control, among others.

**KEYWORDS:** Emotional Abuse; Violence; Psychological Violence.

## **ANÁLISIS DEL IMPACTO PSICOLÓGICO EN MUJERES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA SIMBÓLICA: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA**

**RESUMEN:** La violencia contra las mujeres es un acto o conducta que puede causar la muerte o sufrimiento físico, mental y sexual, siendo un problema mundial y antiguo que está presente en el día a día de las víctimas y que muchas veces es suavizado e incluso normalizado por la sociedad. Y, con esto, puede resultar en un gran sufrimiento para las mujeres involucradas. En este sentido, esta investigación pretende analizar el impacto psicológico de las mujeres víctimas de violencia simbólica a través de una revisión bibliográfica. Para ello, la metodología utilizada fue una revisión bibliográfica integradora con enfoque cualitativo, centrada en bases de datos como: LILACS, SciELO, Biblioteca Virtual en Salud (BVS), Medline entre los años 2018 y 2022. Se utilizaron descriptores como: violencia psicológica, violencia y maltrato emocional dando como resultado 532 artículos con un total de 10 muestras para el análisis. Se observó que uno de los principales desafíos para el psicólogo es la detección de la violencia psicológica, que a menudo es invisible y subjetiva. Así, es importante que el psicólogo esté atento a señales como baja autoestima, ansiedad, depresión, aislamiento social, síndrome de pánico, entre otras, que pueden indicar la presencia de violencia psicológica. Además, es fundamental que el psicólogo esté capacitado para identificar las diferentes formas de violencia psicológica, como manipulación emocional, humillación, amenaza, control, entre otras.

**PALABRAS CLAVE:** Abuso Emocional; Violencia; Violencia Psicológica.

### **1. INTRODUÇÃO**

Em diversos contextos históricos, sociais e culturais a violência contra a mulher possuía pouca visibilidade pública, ficando confinado aos espaços domésticos, justamente por relações de dominação-submissão entre homens e mulheres. No entanto, após a criação e fortalecimento de movimentos de mulheres em defesa de seus direitos mudando as situações de subordinação de gênero, aparece a violência contra a mulher para ser discutida bem como ganhar visibilidade nos espaços públicos, no governo e em instituições não governamentais (BRASIL, 2011).

Existem diferentes classificações de violência contra a mulher na literatura. Dentre elas estão elencadas: a violência física, sexual, violência moral, violência patrimonial e a violência psicológica; também denominada de violência simbólica e foco de estudo desta pesquisa. De acordo com a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, a violência é qualquer ação ou comportamento baseado no gênero

que possa vir a ocasionar morte, ferimentos ou dor física, dano sexual ou psicológico às mulheres, independentemente de raça, classe, religião, idade ou qualquer outra forma em espaços públicos e privados (BRASIL, 2011).

De acordo com a análise dos dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2022) 18,3% das pessoas com 18 anos ou mais disseram sofrer violência psicológica, física ou sexual no ano de 2019. Relatam ainda que os Estados com maior prevalência foram: Sergipe (24,9%), Roraima (22,3%), Bahia (21,8%) e Mato Grosso do Sul (20,6%). E as menores no Acre (12,4%), Santa Catarina (13,3%), Mato Grosso (14,8%) e Rondônia (15,5%).

No que diz respeito à proteção à mulher, um dos marcos foi a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), após o caso de Maria da Penha Fernandes. A mesma possuía relacionamento conjugal com o agressor, o qual simulou um assalto e atirou em Maria da Penha. A mesma sobreviveu e devido a gravidade, passou por vários procedimentos cirúrgicos, mas, os ferimentos deixaram-na em uma cadeira de rodas (PENHA, 2012).

Ainda no contexto da Lei Maria da Penha, o qual dispõe das formas de violência contra a mulher, em seu art. 7, inciso II traz a definição de violência psicológica a qual foi atualizada por meio da Lei nº 13.772 de 2018, incluindo em sua redação “violência de sua intimidade”, a qual não constava anteriormente. Desse modo, segundo Brasil (2018), a violência psicológica é entendida como:

Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões; mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Em consonância, Pasinato (2011) corrobora com a definição mencionada anteriormente pela Lei 11.340/2006, caracterizando a violência simbólica como ato ou omissão que cause ou tenha a intenção de provocar problemas à autoestima, identidade ou o desenvolvimento de indivíduos por meio de agressão verbal ou humilhação, tais como: ameaças de agressão física, dificuldade em procurar trabalho, sair de casa, posse interações sociais, entre outros.

É importante salientar que a Lei Maria da Penha é, sem dúvida, um avanço indiscutível do ponto de vista jurídico, porém, para atingir o alcance que se espera da lei, ações claras foram tomadas entre o Estado e a sociedade civil sendo, portanto, essencial garantir que esses direitos sejam exercidos estão fora do papel (PENHA, 2012).

Nesse caso, a mídia é de grande importância, pois a divulgação de informações por meio dela pode ajudar a intensificar ou reduzir a violência atual. A população é afetada pelo conteúdo veiculado pela mídia, pois dependendo do conteúdo veiculado, o índice de violência diminui. Portanto, é importante mostrar os procedimentos e tópicos das leis pertinentes e suas recomendações (PENHA, 2012).

A violência psicológica configura como crime previsto no Código Penal sob pena – reclusão de 6 meses a 2 anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave. Brasil (2011) aponta que para algumas mulheres, os insultos constantes e a tirania constituem uma agressão emocional tão grave quanto uma agressão física, porque destroem a auto-estima, a segurança e a confiança em si mesmas. Um incidente de violência física pode exacerbar o impacto e a importância da violência psicológica. Para as mulheres, o pior da violência psicológica não é a violência em si, mas a tortura mental e viver com medo.

Considerando o exposto acima, no âmbito da psicologia, observa-se a relevância desta temática no auxílio e compreensão no embate à violência psicológica, visto a constância da temática no ambiente psicoterápico. Para a sociedade, sua relevância se dá pela contribuição no acervo científico que se torna disponível para pesquisas e melhor aprofundamento do tema por abordar consequências de um comportamento em que qualquer pessoa está sujeita a passar em determinado momento de sua vida; seja com maior ou menor intensidade, que necessite de maior cuidado ou precaução. Portanto, esse tipo de violência deve ser analisado como um grave problema de saúde pública, merecendo maior discussão, ampliação da prevenção e desenvolvimento de políticas públicas específicas para seu enfrentamento.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o impacto psicológico de mulheres vítimas de violência simbólica por meio da revisão de literatura. E, no que tange aos objetivos específicos buscou-se identificar os fatores que influenciam a permanência das mulheres nas situações de violência; descrever as propostas de enfrentamento

encontradas na literatura para a referida temática e relatar a atuação do psicólogo frente a pacientes vítimas de violência psicológica.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho utilizou como metodologia a revisão integrativa de literatura, em que Mendes et al. (2008) comenta que por meio dela, ocorre a procura, avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis acerca de uma temática a ser estudada. Além disso, contará com abordagem qualitativa, uma vez que segundo Marconi e Lakatos (2010) é mais adequada para que se obtenham respostas de questões particulares e, possui ainda, caráter descritivo.

Por meio disso, desenvolveu-se a pergunta norteadora: Qual impacto psicológico ocasionado em mulheres vítimas de violência simbólica?

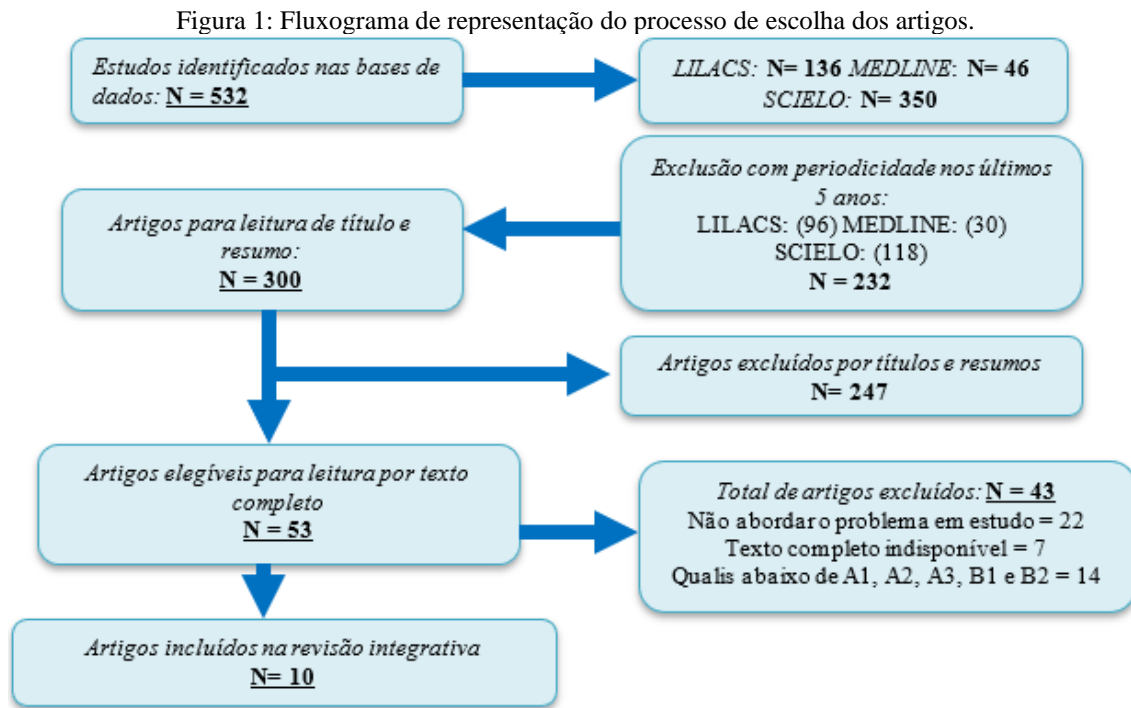
Quanto ao tratamento de dados, a revisão de literatura utiliza 6 etapas fundamentais as quais serão desenvolvidas ao longo desse trabalho, sendo elas: 1) Identificação do tema e seleção da hipótese; 2) Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão de estudo; 3) Definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados; 4) Avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) Interpretação dos resultados e, por fim, 6) Apresentação da síntese do conhecimento.

Após o tratamento de dados, foi encontrado um total de 532 artigos nas bases de dados Para isso, foram utilizados descritores como: *psychological violence*, *violence* e *emotional abuse*. Na base de dados Scielo, foi utilizado a combinação “*psychological violence and violence*” a qual disponibilizou 350 artigos. Na Biblioteca Virtual em Saúde, aplicou-se “*psychological violence and violence and emotional abuse*” em que dispôs de 182 artigos; sendo 136 da Lilacs e 46 da Medline. Para critério das referidas combinações e descritores, optou-se por palavras que estivessem disponíveis no Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

No que se refere aos critérios de inclusão, foram utilizados artigos publicados em português e inglês; artigos na íntegra que retratassem a temática e artigos publicados e indexados nos referidos bancos de dados nos últimos cinco anos (2018 a 2022). Além disso, para melhor referenciar o tema, foram incluídos periódicos que obtivessem Qualis – A1, A2, A3, B1, B2 – de avaliação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). No que se refere aos critérios de exclusão, foram retirados aqueles que não traziam na sua abordagem temas tangenciais à pesquisa bem

como artigos que não estivessem compatíveis com os critérios de inclusão e que estivessem em formas de revisão integrativa, relatos de experiência e/ou duplicados.

Desse modo, será disposto na figura 1 o processo de seleção da amostra:



FONTE: As autoras, 2023.

### 3. RESULTADOS

Para melhor leitura e visualização no Quadro 1, a amostra dos artigos estão expostos autores, ano de publicação, metodologia aplicada, impactos psicológicos, fatores permanentes e resultados encontrados nos referidos artigos.

Quadro 1. Amostra de artigos selecionados

Autores	Metodologia	Impactos Psicológicos	Resultados
(MINAYO et al., 2022)	Estudo transversal de base secundária, que utilizou dados da PNS 2019, um inquérito nacional de base domiciliar realizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em parceria com o Ministério da Saúde (MS) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).	Depressão, sofrimento mental, alcoolismo, Lesão, morte, deficiência de desenvolvimento	Observou-se prevalência de 17,36% de violência psicológica, 4,15% de violência física e 0,76% de violência sexual.
(CUNHA et al., 2022)	Estudo transversal, quantitativo, desenvolvido em Campina Grande – PB, Brasil. A amostra constituiu-se de mulheres maiores de 18 anos, em isolamento social pela COVID-19. Utilizaram-se 3 instrumentos para coleta de dados, estes analisados por meio de estatística descritiva e inferencial, sendo adotado significância $p < 0,05$ .	Depressão, isolamento, ansiedade, baixa autoestima, Morte, queimaduras, entorses, risco de suicídio, saúde psicossocial afetada, abuso de drogas.	Houve predominância de mulheres com baixa qualidade de vida (53,1%) e vítimas de violência psicológica (61,1%). A relação da violência física, psicológica e geral apresentou significância estatística entre todos os domínios de qualidade de vida nos testes de correlação de Spearman ( $p < 0,05$ ).
(BONAMIGO et al., 2022)	Utilizou-se a análise de conceito evolutivo de Rodgers.	Estresse, vergonha, prejuízos morais, sociais e psicológicos.	Considerações finais distintas tipologias de violência apresentam diferentes atos que as caracterizam, e que quando (re)conhecidos pelo enfermeiro, oportunizam um planejamento da assistência otimizado e de qualidade.
(GREGORI; PRIOLO FILHO; FRANÇA, 2022)	A construção do instrumento, denominado Avaliação de crenças sobre violência no namoro (ACVN), foi baseada na literatura nacional e internacional com foco nas características comportamentais de jovens em relação a violência no relacionamento amoroso tendo	Autodepreciação, Humilhação, discriminação, síndrome do pânico.	Os resultados demonstram a adequação do instrumento e a possibilidade de uso para população brasileira em pesquisas e intervenções.



	como base principal a Escala de Táticas de Conflito Revisada (CTS-2).		
(LISBOA; ZUCCO, 2022)	Pesquisa documental.	-	Os desafios são históricos, conjunturais, regionais, culturais e econômicos, reafirmando a complexidade do fenômeno da violência contra a mulher e a necessidade de projetá-los como pauta de discussão nos diferentes espaços da sociedade.
(RAZERA et al., 2022)	Pesquisa quantitativa, exploratória e descritiva, da qual participaram 304 casais heterossexuais. Aplicou-se um questionário sociodemográfico e a escala <i>revised conflict tactics scales</i> (cts2), sendo realizadas análises descritivas dos dados pelo programa estatístico spss 22.0.	Ansiedade, depressão, estresse pós-traumático, fobia social, ataques de pânico, sendo que essas patologias podem manifestar-se juntamente com alguma comorbidade.	Mais de 70% da violência psicológica ocorre de forma bidirecional e, quando se expressa de forma unidirecional, é mais cometida por mulheres. A violência física e a coerção sexual, quando unidirecionais, foram mais cometidas pelos homens. Já a lesão corporal não apresentou diferença significativa. Os casais mais velhos apresentaram mais violência unidirecional, enquanto os mais jovens praticaram mais violência bidirecional. Esses dados podem auxiliar no desenvolvimento de políticas públicas nas situações de violência conjugal.
(CUSTÓDIO; TAVARES, 2022)	Pesquisa qualitativa, em que recorremos à triangulação de fontes metodológicas por meio de entrevistas narrativas, observações cotidianas e protocolos documentais.	Sufrimento, raiva, tristeza, vergonha. Morte, violência física.	Os resultados consideraram os atravessamentos pessoais, familiares e relacionais para a confecção dos cenários em que a perpetração da violência de gênero possa ter sido corroborada na de personagens e resistências ao longo do tempo.
(FARIAS et al., 2022)	Estudo quanti-qualitativo que tem como referencial metodológico a pesquisa intervenção com referenciais corporalistas.	Sufrimento, exclusão, insônia, pesadelos.	Os resultados indicam que 91% das participantes sofreram violências por ser mulher nos espaços cotidianos do domicílio, de estudo, trabalho e/ou ambientes públicos.



			As formas de enfrentamento utilizadas foram organizadas em quatro ações: formar e pesquisar, politizar, romper e cuidar.
(AUGUSTIN; BAN-DEIRA, 2020)	Estudo teórico sobre violência psicológica por parceiro íntimo pautado em uma pesquisa nos principais periódicos da abordagem gestáltica no país.	Diminuição da autoestima, isolamento, sentimento de inferioridade.	Este estudo trouxe reflexões sobre a violência psicológica por parceiro íntimo contribuindo para a construção teórica e possibilidades de intervenções, mas não pretendeu esgotar as discussões sobre o tema, apontando para a necessidade de novos estudos que auxiliem cada vez mais na construção de uma base teórica para pautar a atuação profissional.
(COUTO et al., 2018)	Foram comparadas as percepções de atores-chave no que se refere aos arranjos intersetoriais advindos da Lei Maria da Penha no município de Belo Horizonte e das redes de proteção criadas através do projeto Mulheres da Paz, de Uberaba, bem como entrevistas semi-estruturadas com os beneficiários dessas ações.	-	Ambas as ações apresentam múltiplas dificuldades em se institucionalizarem como práticas intersetoriais e parceiras sólidas com outras organizações que atendem mulheres vítimas de violência, evidenciando que, apesar dos discursos acerca da participação e intersectorialidade, cada vez mais presentes nas ações e políticas de enfrentamento à violência, na prática essas ações tiveram pouca ressonância.

FONTE: As autoras, 2023.

De acordo com o Quadro 1 acima, observou-se que dentre os artigos selecionados, 100% corresponde a pesquisas provenientes de autores brasileiros. No que diz respeito ao impacto psicológico e fatores permanentes, foi observado sentimentos como: ansiedade, depressão, isolamento, baixa autoestima, morte, lesões e entre outros. Vale ressaltar ainda que as bases de dados utilizadas nesta pesquisa possuíram um quantitativo de Scielo (60%), Lilacs (30%) e Medline (10%). Além disso, 80% dos artigos foram publicados no ano de 2022, e apenas 20% dividiram-se nos anos de 2020 (10%) e 2018 (10%).

## 4. DISCUSSÃO

A análise dos estudos permitiu o desenvolvimento de três categorias temáticas: a) Fatores que influenciam as mulheres a permanecerem em situação de violência; b) Impacto psicológico de mulheres vítimas de violência simbólica; c) Atuação do psicólogo frente a pacientes vítimas de violência psicológica e propostas de enfrentamento.

### 4.1 a) Fatores que Influenciam as Mulheres a Permanecerem em Situação de Violência

A violência é definida como o uso deliberado de poder ou força física contra si mesmo, outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, resultando em lesão, dano psicológico, morte, deficiência no desenvolvimento ou privação. Embora abrangente e aplicável esse conceito não especifica as principais características da assistência multidisciplinar às pessoas em situação de violência: o contexto e o tipo de violência vivenciada. Por sua vez, a violência psicológica, foco desta pesquisa, inclui atitudes não físicas, no entanto, essa condição é considerada existente quando são identificados comportamentos que causam danos psicológicos, morais e sociais em um relacionamento (BONAMIGO et al., 2022).

Nesse sentido, a violência de gênero ocorre predominantemente contra mulheres, em que se considera a construção histórica dos corpos das mulheres e o fenômeno do patriarcado, assim como as assimetrias de gênero e as relações de poder entre homens e mulheres. Assim, a construção social de gênero molda as responsabilidades atribuídas a homens e mulheres que afetam ou inibem outras áreas da vida, como trabalho, educação e seu ambiente social (CUNHA et al., 2022).

As histórias de vida centradas no sofrimento de gênero patriarcal são muitas vezes coloridas por preconceitos que fazem com que as mulheres se submetam a tais estruturas violentas que estão baseadas em gênero. No entanto, a violência não ocorre com frequência em primeiro plano, ao contrário, ela se entrelaça em situações conciliatórias. O compromisso e as promessas realizadas pelo parceiro é um poderoso antídoto, com uma tentativa de reforçar a ilusão de que o relacionamento vai melhorar e restaurar a felicidade. Infelizmente, no contexto do apaziguamento, é comum o ressurgimento de novas expressões de violência (CUSTÓDIO; TAVARES, 2022).

Ou seja, a submissão e o silêncio da mulher são típicos de relacionamentos abusivos, que se originam da violência da família de origem; re-experiência de abuso sexual

na infância, falta de modelos familiares protetores; estratégias de culpabilização da vítima em que são acusadas de seduzirem o agressor; desejo ter uma família e manter a família unida; dependência emocional e financeira; medo de um parceiro abusivo que age violentamente e usa álcool; regras de obediência e obediência engendradas pelo poder patriarcal; e falta de família, comunidade e/ou apoio social (RAZERA et al., 2022).

Ainda segundo Custódio e Tavares (2022), os autores mencionam em sua pesquisa que a dificuldade das mulheres em romper com os imperativos impostos a este tipo de dinâmica relacional provoca uma espécie de tendência em massa de perpetuar a violência contra seus corpos. O caminho que os sujeitos percorrem para deter as atrocidades que vivenciam consiste em uma sequência de decisões e ações tomadas nesse processo, que incluem: falta de apoio, culpa, medo, vergonha em buscar ajuda e vitimização secundária em detrimento do ocorrido para elas neste circuito descontente.

Vale ressaltar ainda que, em seu estudo, Razera et al. (2022) mencionam que nos casais pesquisados, aspectos relacionados à escola, estado civil, religião e ter ou não filhos não foram significativos em relação à situação de violência, desmistificando certos estereótipos da violência e repetindo a impossibilidade de associar sua ocorrência de acordo com a classe social ou escolaridade, pois é um fenômeno que pode se manifestar em diversos contextos.

Portanto, sabe-se que os restos da história social e cultural que mantém a distinção entre os sexos não serão facilmente excluídos das relações humanas, com reflexos implícitos do modelo patriarcal de dominação masculina e vitimização feminina.

#### **4.2 b) Impacto Psicológico de Mulheres Vítimas de Violência Simbólica**

Ao abordar o impacto psicológico da violência simbólica, é importante ressaltar que Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, em 2019, cerca de 18,3% dos indivíduos com 18 anos ou mais relataram ter sido vítimas de abuso psicológico, físico ou sexual (MINAYO et al., 2022).

Couto et al. (2018) relata que as mulheres que vivenciam a violência simbólica apresentam diferentes problemas de saúde, principalmente problemas de saúde mental. Tal comportamento pode trazer sérias consequências psicológicas, impactando negativamente em sua qualidade de vida e bem-estar, além de prejudicar sua capacidade de buscar estratégias para enfrentar a situação, pois se sente mais vulnerável, tem autoestima

prejudicada e são mais vulneráveis e tendenciosas a aceitar a agressão, culpando-se por essas ações e mantendo o relacionamento.

Nessa linha diretiva, Cunha et al. (2022) aponta que o impacto da violência de gênero na saúde e na qualidade de vida das mulheres é diverso. Suas vidas diárias são repletas de dor, medo, cicatrizes físicas, doenças e todos os tipos de lesões físicas e psicológicas. Dentre as violências simbólicas, foram citados depressão, ansiedade, baixa autoestima, uso de drogas e risco de suicídio. Dessa forma, a saúde psicossocial das mulheres que vivenciam a violência fica em risco. Problemas sociais como isolamento, falta de suporte social e conflito familiar também foram identificados. Além disso, o desenvolvimento humano da mulher fica comprometido, pois ela se sente oprimida e as dificuldades sociais afetam suas relações com amigos e familiares.

Em consonância, Augustin e Bandeira (2020) relatam outros efeitos psicológicos proeminentes os quais incluem insônia, pesadelos, dificuldade de concentração, irritabilidade, perda de apetite, desenvolvimento de ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, depressão, ataques de pânico, comportamento suicida, dificuldade em gerenciar e manter relacionamentos, processamento complexo de situações tensas e evita expressar afeto.

Esses efeitos da violência podem ser devastadores e infinitos, possibilitando também lesões traumáticas e condições agudas e crônicas. O acesso à saúde é dificultado pelo dinamismo do atendimento ou pelo receio da mulher quanto à segurança na busca por serviços profissionais, o que pode ter maior impacto na qualidade de vida das vítimas (CUNHA et al., 2022).

Durante a pandemia ocasionada pela COVID-19, em seus estudo, Cunha et al. (2022) observou uma sucessiva negativa entre a violência e a qualidade de vida de mulheres que sofrem violência e estão socialmente debilitadas, devido à pandemia da COVID-19. A avaliação da qualidade de vida leva em consideração diversos aspectos, tais como o físico, psicológico, as relações sociais e o meio ambiente, todos os quais apresentaram uma relação inversa com a violência física e psicológica.

Ainda segundo os autores, a violência contra mulheres que estão em situação de isolamento social tem um impacto direto na qualidade de vida das vítimas, o que destaca a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para enfrentar o problema, necessitando de políticas públicas que considerem um meio de rede de apoio e proteção, envolvendo uma equipe multiprofissional (CUNHA et al., 2022).

É importante comentar que embora os efeitos psicológicos da violência sejam frequentes, alguns dos problemas que surgem na vida das mulheres ainda são pouco reconhecidos e verificados; provavelmente pela falta de sinais e características evidentes. Quando acontece e se manifesta de forma silenciosa, as pessoas com sequelas na saúde mental não recebem a ajuda necessária porque os órgãos responsáveis costumam encaminhar apenas os casos para o judiciário e, com isso, há pouco respaldo profissional para acolher, identificar e auxiliar no atendimento necessidades emergentes (FARIAS et al., 2022).

Com isso, os transtornos psicológicos se desenvolvem em relação à exposição à violência, em decorrência do abuso, e mesmo em transtornos já existentes após a agressão. Além disso, também podem ocorrer preocupação persistente, "flashbacks" de situações violentas, sentimentos de vergonha, pensamentos de autoagressão e suicídio e dificuldades para cuidar dos filhos. Sem redes de apoio e formas seguras de sair desse ambiente, esses efeitos na saúde mental das mulheres podem ser muito agravados.

#### **4.3 c) Atuação do Psicólogo Frente a Pacientes Vítimas de Violência Psicológica e Propostas de Enfrentamento**

Mulheres que vivem ou viveram por algum tempo com a violência perpetrada por seus parceiros geralmente sofrem de comprometimento psicológico. Elas enfrentam dificuldades para mudar sua realidade, uma vez que se encontram sob o domínio de seus pensamentos, invadidas pelo psiquismo do parceiro e sem mais espaço mental próprio. É por isso que essas mulheres precisam de ajuda externa para criar mecanismos que as ajudem a mudar sua realidade e superar as sequelas deixadas pelo processo de submissão às situações de violência (AUGUSTIN; BANDEIRA, 2020).

Nesse sentido, o psicólogo possui um papel fundamental no atendimento às vítimas de violência. Independentemente da abordagem ou método utilizado, o primeiro passo do psicólogo é estabelecer uma relação terapêutica de confiança e segurança com a vítima. Isso permitirá que ela se sinta à vontade para compartilhar suas experiências traumáticas (AUGUSTIN; BANDEIRA, 2020).

Dentre os objetivos do atendimento psicológico, destaca-se a função de ajudar as vítimas a recuperar sua autoestima e sua capacidade de tomar decisões por si mesmas, que foram perdidas durante o período de violência. Através do processo terapêutico, as mulheres podem resgatar sua identidade como sujeito autônomo e ter coragem para deixar

a relação abusiva. Isso ocorre devido aos efeitos duradouros da violência no psiquismo da mulher, mesmo após o término da relação. Durante o período de violência, o parceiro desqualificava a vítima através de violência psicológica e moral, o que pode afetar a autoimagem e a autoestima da vítima por um longo período. O trabalho do psicólogo é essencial para ajudar a vítima a se recuperar e retomar o controle de sua vida (FARIAS et al., 2022).

Razera et al. (2022) aborda que há existência de controvérsias na literatura e entre especialistas sobre a melhor forma de tratar casos de violência conjugal. Alguns especialistas encaminham pacientes para outros profissionais, o que pode afetar negativamente os resultados das intervenções. Os autores destacam ainda a importância da preparação dos profissionais e da rede de apoio para lidar com casos de violência conjugal.

Pelo fato de o relato da violência muitas vezes ocorrerem durante a psicoterapia, mesmo que essa não tenha sido a razão original para a busca por ajuda psicológica; a violência pode ser detectada através de exames e avaliações direcionadas a outros objetivos, mas outras formas de agressão podem ser mais difíceis de identificar, como é o caso da violência simbólica, o que pode levar muitos profissionais a se sentirem despreparados para lidar com esses casos (COUTO et al., 2018).

A partir disso, ao trabalhar com mulheres vítimas de violência, é fundamental que os psicólogos tenham escuta ativa. É necessário ajudá-las a articular, entender sua experiência e então permitir que elas façam críticas à experiência vivida. Porque, por meio de uma compreensão e consciência ampliadas de suas experiências, as mulheres poderão se proteger da violência e resgatar suas identidades (RAZERA et al., 2022).

Outra forma de atendimento psicossocial disponível para as vítimas é trabalhar com grupos de mulheres onde as vítimas podem exercer sua cidadania e compartilhar e ouvir sobre as experiências individuais de violência de outras mulheres. O trabalho em pequenos grupos com essas mulheres pode identificar os fatores que as levam a vivenciar situações de vulnerabilidade e violência a partir da análise de suas condições de vida atuais por meio de realidades vivas e avaliando os recursos e oportunidades disponíveis (educação, mercado de trabalho, etc.) (GREGORI; PRIOLHO FILHO; FRANÇA, 2022).

No contexto das políticas de enfrentamento, Lisboa e Zucco (2022) mencionam sobre a importância da Lei Maria da Penha (LMP) a qual aponta que assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar ser prestada de forma articulada, ou seja, em conjunto, por diferentes áreas e setores, seguindo os princípios e diretrizes previstos

em diversas leis e políticas públicas. Isso significa que a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar não pode ser realizada isoladamente por apenas uma área ou setor, mas deve envolver ações e serviços de diversas áreas, como assistência social, saúde e segurança pública, por exemplo.

Ainda segundo Lisboa e Zucco (2022), houve também a criação e implementação da Casa da Mulher Brasileira, que é um equipamento de alta complexidade criado pelo Programa Mulher Viver sem Violência, da então Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República. Atualmente, ela se encontra em São Luís, Brasília, Curitiba, Campo Grande, Fortaleza, São Paulo e Boa Vista. A Casa da Mulher Brasileira oferece um atendimento humanizado às mulheres em situação de violência doméstica e é um serviço que revoluciona o modelo de enfrentamento à violência de gênero, pois integra, amplia e articula todos os serviços do governo oferecidos às mulheres em situação de vulnerabilidade. Em resumo, a Casa da Mulher Brasileira é uma iniciativa importante para atender as mulheres vítimas de violência doméstica de forma mais efetiva e integrada.

Outros exemplos de serviços oferecidos às mulheres em situação de violência pela Casa da Mulher Brasileira têm-se: acolhimento, apoio, delegacia, juizados, ministério público, defensoria pública, promoção e assistência, central, brinquedoteca que acolhe crianças de 0 a 12 anos que acompanham as mães enquanto aguardam o atendimento, e alojamento que funcionam como um abrigo temporário para mulheres com risco iminente de morte (LISBOA; ZUCCO, 2022).

A atual Política Nacional para as Mulheres tem como princípios a igualdade e respeito à diversidade, equidade, autonomia das mulheres, laicidade do Estado, Universalidade das políticas, justiça social, transparência dos atos públicos, participação e controle social. Segundo Brasil (2011) há diversos tipos de serviços e instituições que compõem a Rede de Atendimento à Mulher em situação de Violência. Entre eles, estão:

- I - os Centros de Referência, que oferecem acolhimento, articulação e encaminhamento da mulher para serviços jurídicos e outros atendimentos necessários.
- II - As DEAMs, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, são unidades da Polícia Civil que lidam com casos de violência contra a mulher.
- III - As Defensorias da Mulher oferecem defesa e assessoria jurídica para as mulheres durante o processo. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra



a Mulher são responsáveis por julgar casos que envolvem violência doméstica e familiar.

IV - A Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180 é uma central telefônica que recebe denúncias de violência, orienta e encaminha mulheres vítimas de violência para outros serviços. As Ouvidorias fazem a aproximação da cidadã aos serviços.

V - Os CRAS são responsáveis por ações preventivas de vulnerabilidade social, enquanto os CREAS protegem indivíduos e famílias cujos direitos foram violados.

VI - O Centro de Educação e Reabilitação do Agressor oferece atendimento, acompanhamento e reeducação para autores de violência;

VII - Serviços de saúde voltados para o atendimento de casos de violência sexual;

VIII - Polícia Civil e Militar e do Instituto Médico Legal.

Todos esses serviços trabalham em conjunto para oferecer um atendimento completo e efetivo para mulheres em situação de violência. É necessário, portanto, a melhor orientação aos profissionais que trabalham com a saúde e de políticas públicas para combater a violência conjugal. É preciso desenvolver formas mais eficazes de identificar e tratar a violência, além de apoiar as vítimas e promover mudanças culturais para prevenir a violência.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A violência psicológica é um fenômeno complexo e silencioso que afeta muitas pessoas em todo o mundo, especialmente as mulheres. A atuação do psicólogo é fundamental na prevenção e no enfrentamento da violência psicológica, pois ele é capaz de identificar os sinais e sintomas da violência, acolher e oferecer apoio emocional às vítimas e realizar intervenções psicoterapêuticas adequadas para ajudá-las a superar os traumas causados pela violência.

Um dos principais desafios para o psicólogo é a detecção da violência psicológica, que muitas vezes é invisível e subjetiva. É importante que o psicólogo esteja atento a sinais como a baixa autoestima, ansiedade, depressão, isolamento social, entre outros, que podem indicar a presença de violência psicológica. Além disso, é fundamental que o psicólogo seja capacitado para identificar as diferentes formas de violência psicológica, como a manipulação emocional, a humilhação, a ameaça, o controle, entre outras.

A atuação do psicólogo no enfrentamento da violência psicológica deve ser pautada pela ética profissional, pela escuta ativa e pelo acolhimento empático. É importante

que o psicólogo ofereça um espaço seguro e acolhedor para que as vítimas possam expressar suas emoções e vivências. Além disso, é fundamental que o psicólogo trabalhe em parceria com outros profissionais e serviços especializados na área de enfrentamento à violência, como as delegacias de polícia, os centros de referência de assistência social, entre outros.

Assim, as formas de enfrentamento da violência psicológica devem ser integradas e abranger diferentes áreas, como a educação, a saúde, a assistência social, a segurança pública e a justiça. É importante que haja uma articulação entre os diferentes serviços e profissionais envolvidos no enfrentamento à violência psicológica, para que as vítimas possam ter acesso a um atendimento integral e multidisciplinar. É fundamental que sejam criadas políticas públicas de prevenção e enfrentamento à violência psicológica, que visem conscientizar a população sobre a importância do respeito aos direitos humanos e da não violência.

## REFERÊNCIAS

AUGUSTIN, Luiza Wille; BANDEIRA, Célia Cristina de Albuquerque. Postura e intervenções do gestalt-terapeuta frente à violência psicológica contra a mulher por parceiro íntimo. *Revista da Abordagem Gestáltica*. v.25, n.1, p.449-459. 2020. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672020000400010](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672020000400010)> Acesso em: 12 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas Estratégicas. Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em Situação de Violência Doméstica e Sexual: matriz pedagógica de redes. Brasília. 2011. Disponível em: <[https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao\\_mulheres\\_adolescentes\\_matriz\\_pedagogica.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/atencao_mulheres_adolescentes_matriz_pedagogica.pdf)> Acesso em: 27 fev . 2023.

BRASIL. Lei nº 13.772, de 19 de dezembro de 2018. Brasília, DF. 2018. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113772.htm#:~:text=Registro%20n%C3%A3o%20autorizado%20da%20intimidade%20sexual&text=Produzir%2C%20fotografar%2C%20filmar%20ou%20registrar,um\)%20ano%2C%20e%20multa.](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113772.htm#:~:text=Registro%20n%C3%A3o%20autorizado%20da%20intimidade%20sexual&text=Produzir%2C%20fotografar%2C%20filmar%20ou%20registrar,um)%20ano%2C%20e%20multa.)> Acesso em: 27 fev . 2023.

BONAMIGO, Victoria Grassi et al. Violência física, sexual e psicológica segundo a análise conceitual evolucionista de rodgers. *Cogitare Enfermagem*. v.27, n.82955. p.1-14. 2022. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1394316>> Acesso em: 10 mar. 2023.

COUTO, Vinicius Assis et al. Intersetorialidade e ações de combate à violência contra a mulher. *Estudos Feministas*. v.26, n.2, p.1-19. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/FCg8T4wR6DGG8wKkCP33vVq/?lang=pt>> Acesso em: 12 mar. 2023.

CUNHA, Maria Luísa Cabral da et al. Violência e qualidade de vida de mulheres isoladas socialmente por COVID-19: estudo transversal. *Online Braz J Nurs*. v.21, n.2, p.1-10. 2022. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1402062>> Acesso em: 12 mar. 2023.

CUSTÓDIO, Matheus Alves; TAVARES, Kecya Nayane Lucena Brasil. Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas. *Psicologia USP*. v.23, n.200129, p. 1-10. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psup/a/MBWDzRk63sxXzDJZ3FfVNVK/?lang=pt#>> Acesso em: 12 mar. 2023.

FARIAS, Aline Zacchi et al. Expressões da violência de gênero vivenciadas por terapeutas ocupacionais: narrativas e ações de enfrentamento no cotidiano. *Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional*. v.30, n.3002, p.1-18. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cadbto/a/7qvShJGpD58HBHskPCnhYWq/?lang=pt>> Acesso em: 12 mar. 2023.

GREGORI, Amanda Gomes; PRIOLO FILHO, Sidnei Rinaldo; FRANÇA, Alex Bacardini. Avaliação de crenças sobre violência no namoro (ACVN): um novo instrumento brasileiro. *Psicologia Clínica e Cultura*. v.38, n.38411, p.1-10. 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ptp/a/FsMHKcFqSXMRFhrFcZdWDH/>> Acesso em: 10 mar. 2023.

LISBOA, Teresa Kleba; ZUCCO, Luciana Patrícia. Os 15 anos da Lei Maria da Penha. *Estudos Feministas*. v.30, n.2, p. 1-12. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/ref/a/BzPqkz9dj8zs9V39X8djsvK/?lang=pt>> Acesso em: 10 mar. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica: 7ª Ed. Atlas*. São Paulo, 2010.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Revista Texto & Contexto – Enfermagem*. v.17, n.4, p.758-764. 2008. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/tce/a/XzFkq6tjWs4wHN-qNjKJLkXQ/?lang=pt>> Acesso em: 10 mar. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. A violência nossa de cada dia, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde 2019. *Ciência & saúde coletiva*. v.27, n.9, p.3701-3714. 2022. Disponível em: < <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1394225>> Acesso em: 10 mar. 2023.

PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. *Cad. Pagu, Campinas*. v. 1 n. 37, p. 219-246. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/k9RYCQZhFVgJLhr6sywV7JR/?lang=pt>> Acesso em: 10 mar. 2023.

PENHA, Maria da. *Sobrevivi... posso contar*. 2. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

RAZERA, Josiane. Direcionalidade da violência em casais heterossexuais. *Revista Psico-USF*. v.27, n.3, p.527-538. 2022. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/psuf/a/Snn3JMzrcGwQkRjBRYyB3dR/?lang=pt>> Acesso em: 12 mar. 2023.